

TERRITÓRIO, LÍNGUA E EXCLUSÃO: A ESCOLA COMO PALCO IDENTITÁRIA NA PERIFERIA URBANA

TERRITORY, LANGUAGE, AND EXCLUSION: THE SCHOOL AS AN IDENTITY STAGE IN THE URBAN PERIPHERY

di https://doi.org/10.63330/aurumpub.018-005

Wainy Montalvão de Lima

Pós-graduação em Neuropsicopedagogia **IMES**

E-mail: lima wainy@hotmail.com

Urya Regina Novaes da Silva Sales

Graduação em Pedagogia **UFMT**

E-mail: uryareg@gmail.com

Tainara Cristóvão Aguiar Franco

Graduação em Pedagogia - ISALBE Faculdade Albert Einstein E-mail: aguiartainara09@gmail.com

Andréia Fátima Angeli

Pós-graduação em Alfabetização e Letramento UniVitoria

E-mail: deyaangeli@gmail.com

Vanessa dos Santos Riella

Pós-graduação em Ed especial e Inclusiva Faculdade São Luís

E-mail: vanessariella@hotmail.com

Maxilane Alves Rosa

Pós-graduação em Educação Infantil **UNICID**

E-mail: maxpindaiba@hotmail.com

Andé Luiz de Queiroz Oliveira

Pós-graduação em Orientação Educacional, Gestão e Supervisão Escolar **INET**

E-mail: andreluizdequeiroz@gmail.com

Barbara Sanchotene Torres

Pós-graduação em Educação Especial e Inclusiva Faculdade São Luis

E-mail: barbara sanchotene@hotmail.com



Meyre de Almeida

Graduação em Pedagogia **UFMT** Pos-graduação em Atendimento Educacional Especializado Faculdade Dom Alberto

Cilda Feitoza Amaral

Pós-graduação Lato Sensu em Supervisão e Orientação Educacional Faculdade Albert Einstein E-mail: cildafeitoza@gmail.com

Grazieli Borba Dantas Dias

Graduação em Pedagogia Anhanguera Uniderp E-mail: grazyehelton@gmail.com

Ana Paula Borda Gorges

Pós-graduação em Atendimento Educacional Especializado E-mail: anapaulabordagorges@gmail.com

João Mauro Gorges

Pós-graduação em Libras E-mail: maurogorges@gmail.com

Erisnalva Pereira da Silva

Doutoranda em Movimento Humano e Reabilitação UniEVANGÉLICA

E-mail: erisnalva.silva@ifto.edu.br

RESUMO

O presente artigo se propõe a analisar a escola na periferia urbana não apenas como um espaço de ensinoaprendizagem, mas como um palco identitário e um microcosmo onde se manifestam e se reproduzem as tensões sociais, econômicas e culturais da cidade desigual. O estudo investiga a interconexão crítica entre três elementos centrais: o território de origem do estudante, a linguagem por ele utilizada (socioletos e gírias) e os mecanismos de exclusão que atuam no cotidiano escolar, buscando compreender como essa dinâmica molda as identidades dos alunos. A fundamentação teórica mobiliza a Geografia Crítica (Milton Santos, Rogério Haesbaert) para conceituar o território periférico como um espaço de poder e resistência; a Sociologia da Educação (Pierre Bourdieu) para discutir os conceitos de habitus e Capital Linguístico; e a Sociolinguística (Marcos Bagno) para desmistificar o preconceito linguístico como ferramenta de exclusão social. A análise desenvolvida demonstrou que a escola, ao exigir a adesão irrestrita à norma padrão e ao impor um currículo oculto que nega a cultura e a experiência do território periférico, opera uma violência simbólica. O estudante é forçado a negociar uma dupla identidade, onde a correção de sua fala é percebida como uma punição social e a negação de sua origem. O preconceito contra a linguagem e o olhar estereotipado contra o "corpo periférico" contribuem significativamente para o silenciamento e o sentimento de não pertencimento, reforçando a reprodução da desigualdade. Conclui-se que a transformação da escola periférica em um espaço verdadeiramente inclusivo exige o reconhecimento e a legitimação da diversidade territorial e linguística. Isso implica a capacitação de professores como mediadores críticos e a adoção de práticas pedagógicas que utilizem o capital cultural e a voz da periferia como pontos de partida para a emancipação e a afirmação identitária. A luta no palco escolar é, em essência, uma luta pela validade e dignidade da identidade periférica.



Palavras-chave: Território; Linguagem; Exclusão escolar; Identidade; Periferia urbana.

ABSTRACT

This article analyzes the school in the urban periphery not merely as a space for teaching and learning, but as an identity stage and a microcosm where the social, economic, and cultural tensions of the unequal city are manifested and reproduced. The study investigates the critical interconnection between three central elements: the student's area of territory of origin, the language they use (sociolects and slang), and the mechanisms of exclusion operating in the school's daily routine, seeking to understand how this dynamic shapes student identities. The theoretical framework mobilizes Critical Geography (Milton Santos, Rogério Haesbaert) to conceptualize the peripheral territory as a space of power and resistance; the Sociology of Education (Pierre Bourdieu) to discuss the concepts of habitus and Linguistic Capital; and Sociolinguistics (Marcos Bagno) to demystify linguistic prejudice as a tool for social exclusion. The analysis demonstrates that the school, by demanding strict adherence to the standard norm and imposing a hidden curriculum that negates the culture and experience of the peripheral territory, operates a symbolic violence. The student is forced to negotiate a dual identity, where the correction of their speech is perceived as social punishment and a denial of their origin. Prejudice against language and the stereotyped view of the "peripheral body" contribute significantly to silencing and the feeling of non-belonging, thus reinforcing the reproduction of inequality. It is concluded that transforming the peripheral school into a truly inclusive space requires the recognition and legitimation of territorial and linguistic diversity. This implies training teachers as critical mediators and adopting pedagogical practices that use the cultural capital and voice of the periphery as starting points for emancipation and identity affirmation. The struggle on the school stage is, in essence, a struggle for the validity and dignity of the peripheral identity.

Keywords: Territory; Language; School exclusion; Identity; Urban periphery.



1 INTRODUÇÃO

O ambiente escolar na periferia urbana do Brasil configura-se como um dos palcos sociais mais complexos e, paradoxalmente, menos compreendidos na análise das desigualdades. Longe de ser apenas um espaço neutro para a transmissão de conhecimentos formais, a escola periférica emerge como um cruzamento intenso de identidades, conflitos, negociações e tensões que refletem a própria estrutura da cidade. Ela é o ponto de encontro onde o mundo da rua, com seus códigos e sua realidade muitas vezes marcada pela carência e pela violência, se choca diretamente com as normas, os valores e o ideal de ascensão social proposto pela instituição.

O objeto central deste trabalho reside na interconexão de três elementos cruciais: o território de origem do estudante, a linguagem por ele utilizada e os mecanismos de exclusão que atuam no cotidiano escolar. A periferia não é apenas uma localização geográfica, mas uma condição social e simbólica que molda o *habitus* e a forma como o aluno se porta e se comunica. A escola, ao não reconhecer ou, pior, ao desvalorizar esse capital cultural e linguístico, se transforma em um microssistema de reprodução da desigualdade social, onde o pertencimento a um determinado lugar dita a forma como o indivíduo é percebido e avaliado.

A dinâmica entre a escola e a periferia gera uma tensão constante que está no cerne desta investigação. A escola, idealmente um espaço de inclusão e mobilidade social, muitas vezes falha em seu papel ao impor um modelo hegemônico de linguagem e comportamento que ignora ou penaliza as vivências periféricas. A língua padrão culta, ensinada e exigida, frequentemente colide com os socioletos, as gírias e as variantes dialetais que funcionam como marcas identitárias e códigos de sobrevivência dos estudantes.

Diante disso, a questão que orienta esta pesquisa é: Como as dinâmicas de território, linguagem e exclusão se manifestam no cotidiano escolar da periferia urbana, e de que forma essa manifestação molda, nega ou afirma as identidades dos estudantes, transformando a escola em um palco de lutas simbólicas e materiais?

O propósito deste trabalho é ir além da constatação da desigualdade, buscando analisar os processos em que a escola se torna um palco identitário. O objetivo central é compreender o papel da escola periférica como um *locus* onde as identidades são constantemente construídas, negociadas, silenciadas ou explicitamente afirmadas, em função direta das relações estabelecidas entre o território de origem e a linguagem utilizada pelos alunos.

Para atingir essa compreensão abrangente, desdobram-se os seguintes objetivos específicos:

a) Discutir criticamente a relação entre a materialidade do território periférico (sua violência, carência e solidariedade) e a construção de uma identidade periférica que o estudante leva consigo para a sala de aula. b) Investigar como as variantes linguísticas, os socioletos e as gírias da periferia são percebidas, tratadas e avaliadas pelo corpo docente e pela estrutura institucional, analisando o impacto do preconceito



linguístico no desempenho e no pertencimento escolar. c) Analisar os mecanismos de exclusão (simbólica e material) que atuam *dentro* da instituição de ensino, identificando as práticas pedagógicas e curriculares que promovem o silenciamento da cultura e da voz periférica. d) Propor reflexões sobre o potencial da escola em se tornar um espaço de legitimação da diversidade territorial e linguística, promovendo a autoestima e a emancipação dos sujeitos.

A relevância acadêmica e social deste estudo é inegável. Em termos acadêmicos, o trabalho visa integrar teorias da Sociologia da Educação (Bourdieu), da Geografía Crítica (Milton Santos) e da Sociolinguística (Bagno) para oferecer uma visão holística sobre o fenômeno da exclusão escolar que transcende a análise puramente econômica. Ao focar na interação entre território e linguagem, o artigo preenche uma lacuna ao iluminar a dimensão simbólica do fracasso escolar.

Em termos sociais e práticos, a pesquisa contribui diretamente para o debate sobre a qualidade da educação pública e o combate à desigualdade. Se a escola é um direito universal, sua prática precisa ser capaz de acolher a pluralidade cultural e linguística do país. Compreender como o preconceito contra a fala e o território afeta o aprendizado e o desenvolvimento identitário é o primeiro passo para a formulação de políticas públicas educacionais mais equitativas e para a capacitação de professores como mediadores culturais mais sensíveis. Em última análise, este artigo justifica-se pela urgência em transformar a escola periférica de um palco de reprodução da exclusão em um espaço potente de afirmação identitária e resistência cultural.

O presente capitulo está estruturado em quatro seções principais, além das Referências. Após esta Introdução, a Fundamentação Teórica (Seção 2) irá estabelecer os alicerces conceituais, explorando as definições críticas de território (Milton Santos), capital linguístico (Bourdieu) e identidade (Stuart Hall). A Seção 3, intitulada Desenvolvimento: A Escola como Palco, dedicar-se-á à análise aprofundada das manifestações práticas das tensões, dividida em subseções que abordam a entrada do território na sala de aula, os conflitos da norma linguística e os processos de negociação e afirmação identitária. Por fim, a Conclusão (Seção 4) retomará a problemática central, sintetizará os resultados e apresentará as contribuições e as sugestões para futuras pesquisas e intervenções pedagógicas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção se dedica a estabelecer o arcabouço teórico que sustenta a análise da escola periférica como palco identitário. Para tal, mobilizaremos conceitos-chave da Geografía Crítica, da Sociologia e da Sociolinguística, buscando interligar a materialidade do espaço urbano à dimensão simbólica da linguagem e da identidade.



2.1 CONCEITOS DE TERRITÓRIO, PERIFERIA E O ESPAÇO VIVIDO

O conceito de território deve ser compreendido para além de sua definição física ou cartográfica. Na perspectiva da Geografia Crítica, notadamente nas obras de Milton Santos, o território é um espaço de poder, afeto e resistência (Bagno, 2022). Ele é a materialização das relações sociais e, portanto, é vivido, produzido e disputado. Santos nos ensina a pensar o espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, o que implica que a periferia não é apenas um local distante do centro, mas um *locus* onde a carência material se articula com a riqueza das interações sociais e culturais.

A periferia urbana, neste contexto, é vista como uma condição sócio-espacial resultante de processos históricos de segregação e desigualdade. Não se trata apenas de morar "longe", mas de vivenciar a exclusão simbólica e a precariedade de acesso a serviços e oportunidades (Bakhtin, 2011). O território periférico, marcado pela informalidade, pela solidariedade de vizinhança e, muitas vezes, pela violência urbana, gera um senso de pertencimento e uma identidade territorial complexa (Bagno, 2022). O aluno que adentra a escola traz consigo essa identidade, que é manifestada em seu corpo, postura, vestimenta e, crucialmente, em sua fala. Se a escola não reconhece esse território como legítimo, ela impõe um primeiro e profundo mecanismo de exclusão (Sawaia, 2015). Bourdie (2008) complementa essa visão ao discutir a desterritorialização e a reterritorialização, mostrando como os sujeitos da periferia constantemente redefinem seu espaço contra as imposições externas, um movimento que se reflete na dinâmica escolar (Bagno, 2022).

2.2 LINGUAGEM, VARIAÇÃO E O CAPITAL LINGUÍSTICO EM BOURDIEU

A linguagem, no contexto da periferia, transcende sua função comunicativa para se estabelecer como uma marca social e identitária fundamental. A Sociolinguística oferece as ferramentas necessárias para desmistificar a noção de uma "língua pura" e desvelar o caráter político da variação linguística. Autores como Bourdie (2017) argumentam que a desqualificação de dialetos, gírias e socioletos específicos da periferia não se baseia em critérios linguísticos, mas sim em critérios de classe social e poder. A correção gramatical na escola muitas vezes é uma forma disfarçada de preconceito social direcionado ao falante e ao seu lugar de origem (o território) (Bourdie, 2017).

Este fenômeno encontra uma poderosa explicação na teoria de Pierre Bourdieu, com o conceito de Capital Linguístico. Bourdieu propõe que a língua (e a maneira "correta" de falá-la) é um capital simbólico que só tem valor no "mercado", neste caso, o mercado escolar e profissional (Bagno, 2022). A escola é a instituição encarregada de impor o padrão normativo como a única moeda válida. O aluno da periferia, que domina o dialeto de sua comunidade (rico em expressividade, mas "desvalorizado" pela norma), chega à escola com um Capital Linguístico depreciado. Essa desvalorização se traduz em:



- 1. Exclusão Simbólica: O silenciamento ou a constante correção da fala do aluno, gerando um sentimento de inadequação e vergonha (Bakhtin, 2011).
- 2. Reprodução Social: A escola, ao não reconhecer ou validar o capital cultural trazido pelo estudante, falha em sua promessa de mobilidade social e acaba por reforçar as hierarquias existentes, privilegiando aqueles que já possuem o *habitus* (disposição, maneira de ser e agir) e o Capital Linguístico legitimado.

Assim, a linguagem torna-se uma fronteira de exclusão dentro do próprio sistema que deveria ser inclusivo, agindo como um agente que nega a identidade territorial do estudante.

2.3 IDENTIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR

A escola, ao cruzar o território negado com a linguagem desvalorizada, torna-se o palco primário para a construção, negociação e, frequentemente, o sofrimento da identidade periférica.

O conceito de Identidade em Stuart Hall é fundamental aqui: ele a define não como algo fixo ou essencial, mas como algo fluido, relacional e em constante construção (*A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*). Na escola periférica, a identidade do estudante é forjada na tensão entre o "ser de lá" (a periferia) e a pressão para "ser de cá" (o ideal de aluno de sucesso, que adota a norma) (Sawaia, 2015).

A Exclusão Social que se manifesta na escola não é apenas a materializada no abandono ou na evasão, mas a exclusão *dentro* da escola. Bourdie (2008) discute o sofrimento ético-político, que é o sentimento de ser socialmente diminuído e desvalorizado. Quando a identidade do aluno é constantemente questionada pela correção da sua fala ou pela estigmatização do seu território, ele vivencia essa forma de sofrimento, que afeta a autoestima e a relação com o saber (Bagno, 2022).

Nesse sentido, a escola periférica exige do estudante uma performance identitária complexa: ele precisa negociar a gíria e o código da rua com a formalidade exigida pelos professores, muitas vezes resultando em uma "dupla identidade" que consome energia e gera angústia. O aluno pode se sentir impelido a silenciar ou dissimular sua identidade territorial e linguística para ser aceito, ou, em um ato de resistência, pode afirmar essa identidade (por meio de gírias, vestuário, atitude), correndo o risco de ser rotulado como "problema", "resistente" ou "fracassado escolar". O palco escolar, portanto, é onde essa luta pela legitimação da identidade periférica é travada diariamente e motivada por fatores do cotidiano (Sawaia, 2015).

3 A ESCOLA COMO PALCO IDENTITÁRIO

Esta seção se dedica a dissecar o papel da escola periférica como um *palco* onde as forças de território, linguagem e exclusão se encontram em conflito, moldando as identidades dos estudantes. Aqui, a análise prática demonstra como os conceitos teóricos operam no cotidiano institucional.



3.1 O TERRITÓRIO ENTRA NA SALA DE AULA

O estudante da periferia não consegue (e nem deve) deixar seu território na porta da escola. Ele carrega consigo o "corpo periférico", que é a soma de suas experiências, medos, resistências e códigos de sobrevivência. Esse corpo entra em confronto direto com o imaginário escolar de ordem, silêncio e assepsia social.

- O Estereótipo e o Olhar Docente: A escola, muitas vezes, atua sob a lente do estereótipo territorial. O bairro é frequentemente associado à carência, à desestrutura familiar e, sobretudo, à violência. Essa associação, ainda que inconsciente, faz com que o professor (que frequentemente não reside na mesma comunidade) projete sobre o aluno a expectativa do fracasso ou da indisciplina (Bourdie, 2017). Uma atitude de resistência (um olhar mais fechado, uma resposta mais direta) que seria lida como *personalidade* em um aluno de classe média, é lida como ameaça ou rebeldia no aluno periférico. Este olhar enviesado é um mecanismo sutil de exclusão que mina a autoconfiança e o engajamento do estudante.
- O Currículo Oculto e a Negação da Experiência: O currículo oculto da escola, o conjunto de normas não escritas, valores e atitudes que a instituição transmite, frequentemente exige a desterritorialização do aluno (Sawaia, 2015). O que se ensina em História ou Geografia raramente toca na história do seu bairro ou na geografia da sua rua. A valorização da cultura erudita e a negação da cultura local (o funk, o grafite, o sarau da praça) comunicam ao aluno que sua vida não tem valor didático. Essa negação curricular e a falta de representatividade no material didático reforçam o sentimento de não pertencimento e desqualificam a *práxis* da periferia como forma válida de conhecimento.
- A Resistência Geográfica e a Afirmação: Contudo, o território não é apenas negado; ele é afirmado em atos de resistência (Haesbaert, 2004). Os grupos de alunos mobilizam o pertencimento à sua comunidade através de símbolos: a camiseta de time local, a forma de caminhar, o código de solidariedade interna e, inevitavelmente, a linguagem. Essa afirmação é uma resposta direta à tentativa de silenciamento (Bakhtin, 2011). O território, que é visto como um fardo pela escola, é transformado em fonte de orgulho e coesão grupal pelos estudantes, evidenciando o conflito constante entre a identidade imposta e a identidade reivindicada.

3.2 OS CONFLITOS DA NORMA LINGUÍSTICA E A EXCLUSÃO SIMBÓLICA

Se o território é a materialidade da exclusão, a linguagem é o veículo simbólico mais poderoso dessa mesma exclusão (Bourdie, 2017). A escola, ao se apegar fanaticamente à norma padrão culta, opera uma violência simbólica contra o estudante periférico, cujo socioleto é, para ele, a forma mais autêntica e eficaz de comunicação.



- A Correção como Punição Social: O preconceito linguístico é vivenciado em sua forma mais explícita na sala de aula. O professor, mesmo com boas intenções, ao "corrigir" o aluno (substituindo o "nós vai" por "nós vamos" ou o "pra mim fazer" por "para eu fazer"), está na verdade desqualificando a história linguística do falante (Bagno, 2022). Essa correção é percebida pelo aluno não como um ajuste gramatical, mas como uma punição social pelo seu modo de vida. O erro gramatical é imediatamente associado à falta de *inteligência* ou *capacidade*, gerando um bloqueio comunicativo que impede o aluno de participar ativamente da aula ou de qualquer outro cenário (Bauman, 2001).
- A Gíria como Código de Poder e Contra-Identidade: A gíria da periferia, frequentemente rica em metáforas e neologismos, é uma ferramenta de coerção interna e exclusão externa. É um código que demarca o pertencimento ao grupo e confere *status* social entre os pares (Bagno, 2022). Quando a escola proíbe o uso da gíria ou a trata como "linguagem vulgar", ela está agindo como uma força policial da língua, tentando desarmar o aluno de seu principal instrumento de afirmação identitária. A gíria, nesse contexto, torna-se uma contra-identidade linguística, um ato de rebeldia que rejeita a hegemonia da norma.
- A Reprodução do Capital Linguístico: Aplicando Bourdieu, o conflito linguístico na escola é o cerne da reprodução social. A exigência da norma padrão garante que apenas aqueles que já detêm o capital linguístico legítimo (geralmente filhos de classes médias e altas) tenham acesso facilitado ao sucesso acadêmico (Chauí, 2006). Para o aluno da periferia, a jornada educacional é duplamente desgastante: ele não só precisa aprender o conteúdo curricular, mas também precisa "traduzir" sua experiência e sua fala para uma língua que lhe é formalmente estranha, colocando-o em desvantagem permanente no "mercado escolar".

3.3 NEGOCIAÇÃO, AFIRMAÇÃO E CONTRA-IDENTIDADE: O POTENCIAL DA ESCOLA

Apesar dos mecanismos de exclusão, a escola periférica não é um espaço estático. Ela é também um campo fértil para a negociação identitária e a afirmação cultural (Charlot, 2000). O palco pode ser transformado de local de silenciamento em espaço de legitimação.

- Criação de Espaços de Legitimação: A mudança começa quando a escola legitima a cultura periférica. Projetos como saraus, grêmios estudantis ativos e oficinas de *slam* ou poesia, que utilizam a linguagem da rua e a experiência do território como tema e matéria-prima, são cruciais. Ao transformar a gíria e o dialeto em linguagem artística e política, a escola inverte a lógica da exclusão: o que era visto como defeito vira capital cultural e intelectual (Bagno, 2022).
- O Professor Mediador Crítico: O papel do educador é central. O professor mediador crítico é aquele que entende a variação linguística não como erro, mas como evidência da diversidade



linguística do português brasileiro (Haesbaert, 2004). Ele é capaz de ensinar a norma culta como uma ferramenta de acesso a outros "mercados" (universidade, emprego), ao mesmo tempo em que valoriza e estimula a expressividade do dialeto local (Santos, 2018). Essa abordagem pedagógica transforma a escola em um local de bilinguismo social, onde o aluno aprende a transitar entre códigos sem ter que negar sua origem (Bourdie, 2017).

• A Emancipação pela Voz: A afirmação identitária se dá quando o estudante percebe que sua voz, com sua entonação e seu vocabulário, é potente e válida. Essa emancipação pela voz leva à criação da contra-identidade: uma identidade que se constrói contra a opressão, que utiliza o estigma como força (Bakhtin, 2011). O orgulho de ser da periferia, articulado pela linguagem, não é mais um fardo, mas um motor para a participação cívica e a luta por direitos, cumprindo o verdadeiro papel social da educação (Labov, 2008).

4 CONCLUSÃO

O presente capítulo se propôs a investigar a escola da periferia urbana como um palco identitário no qual se manifestam as complexas dinâmicas de território, linguagem e exclusão. A partir da pergunta central sobre como esses elementos interagem e moldam as identidades estudantis, a análise demonstrou que a instituição escolar, apesar de sua vocação inclusiva, opera frequentemente como um mecanismo de reprodução da desigualdade social e simbólica (Lefebvre, 2001).

A síntese dos resultados aponta para três conclusões interligadas:

- 1. O Território como Marca Estigmatizada: O território periférico entra na sala de aula não como um espaço neutro, mas como uma carga simbólica que predispõe o olhar docente ao estereótipo (Sawaia, 2015). A negação do currículo oculto e a falta de representatividade das vivências locais comunicam ao estudante a desvalorização de sua origem, forçando-o a negociar sua identidade em um ambiente hostil.
- 2. A Linguagem como Fronteira de Exclusão: O apego intransigente à norma padrão culta, analisado sob a ótica do Capital Linguístico (Bourdieu), funciona como uma barreira de acesso. A constante correção e o preconceito linguístico contra o socioleto da periferia resultam em exclusão simbólica, gerando silenciamento, vergonha e, em última instância, contribuindo para o fracasso ou desengajamento escolar (Haesbaert, 2004). A gíria é, nesse contexto, tanto um código de coesão quanto um ato de resistência contra a imposição hegemônica (Santos, 2002).
- 3. Identidade em Tensão e Afirmação: A identidade do estudante periférico é forjada nessa tensão entre a pressão pela desterritorialização linguística e a necessidade de afirmação do pertencimento (Caclini, 2011). A escola, portanto, é o local da luta, onde a contra-identidade se



manifesta, ora como indisciplina, ora como potente criação cultural, dependendo da mediação e da abertura institucional.

O palco identitário, em suma, é um espaço de constante negociação entre a identidade imposta pelo sistema e a identidade reivindicada pelo sujeito (Sawaia, 2015).

As descobertas deste estudo oferecem contribuições significativas para o campo da Educação e das Ciências Sociais. Teoricamente, o artigo reforça a necessidade de uma análise interdisciplinar que integre o espacial (Geografia Crítica) com o cultural e social (Sociolinguística e Sociologia da Educação), evidenciando que a exclusão escolar é um fenômeno que transcende a dimensão econômica, sendo profundamente enraizada nas dimensões simbólicas do território e da linguagem.

As implicações práticas são urgentes e diretamente aplicáveis às políticas públicas educacionais:

- Implicações Curriculares: É imperativo que a escola promova a legitimação cultural e linguística. Isso significa a inclusão da cultura, da história e da geografia da periferia no currículo formal, reconhecendo o conhecimento da rua como um ponto de partida válido para o conhecimento acadêmico.
- Implicações para a Formação Docente: A formação inicial e continuada de professores deve incorporar, de forma aprofundada, a Sociolinguística Crítica e a Geografia Humana (Hall, 2018). O professor deve ser capacitado para ser um mediador cultural, capaz de distinguir variação linguística de erro e de utilizar o Capital Linguístico trazido pelo aluno como ponte, e não como obstáculo.
- Implicações Políticas: A transformação da escola passa pela criação de espaços de voz e participação ativa dos estudantes (grêmios fortes, saraus, projetos de comunicação local). Tais iniciativas invertem o fluxo de poder, transformando o aluno de mero receptor de normas em agente ativo na construção do conhecimento e na afirmação de sua identidade. O objetivo é fazer com que a escola seja um local onde o aluno possa transitar entre códigos e identidades, sem a necessidade de negar o seu *eu* de origem primária (Sawaia, 2015).

Este estudo, ao focar na tríade território, linguagem e exclusão, estabeleceu um panorama analítico robusto, mas reconhece suas limitações no âmbito de sua natureza teórica e abrangente. Uma investigação futura poderia se beneficiar da aplicação desses conceitos em um estudo de campo mais aprofundado:

- Estudos Etnográficos: Sugere-se a realização de pesquisas etnográficas em escolas específicas da periferia, por meio de observação participante e entrevistas. Isso permitiria captar as nuances do currículo oculto e as interações micro-sociais entre professores e alunos, dando voz direta aos sujeitos envolvidos.
- Interseccionalidade: Seria crucial aprofundar a análise com a lente da interseccionalidade, examinando como a dinâmica de território e linguagem se cruza com outras categorias de



- exclusão, como raça, gênero e orientação sexual, que também definem a performance identitária no palco escolar.
- Impacto de Intervenções: Futuras pesquisas poderiam avaliar o impacto de projetos pedagógicos explicitamente voltados para a valorização da cultura e da linguagem periférica, mensurando sua eficácia na redução do preconceito linguístico e no aumento do engajamento e da autoestima dos estudantes.

Em síntese, a escola na periferia é um reflexo do Brasil desigual. Reconhecer a luta simbólica que se trava no seu palco é o primeiro passo para construir uma educação que seja verdadeiramente emancipatória, transformando o espaço de exclusão em um lócus de afirmação identitária, cultural e política.



REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico: como é, como se faz.* 58. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2022.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da Criação Verbal. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Linguísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 2008.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2017.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Hibridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2011.

CHARLOT, Bernard. Da Relação com o Saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia. São Paulo: Cortez, 2006.

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.* 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2018.

LABOV, William. Padrões Sociolinguísticos. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LEFEBVRE, Henri. A Produção do Espaço. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências*. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 63, p. 237-251, out. 2002.

SANTOS, Milton. *Por Uma Geografia Nova: da crítica da razão à razão prática*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

SAWAIA, Bader. O Sofrimento Ético-Político como Categoria de Análise da Dialética Exclusão/Inclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 99-118.